

VISÃO DO CORREIO

Crise climática: desafio exige ação coletiva

À medida que avançamos na atual temporada de chuvas, torna-se impossível ignorar o ciclo dos extremos climáticos que passaram a fazer parte da realidade do Brasil e do resto do mundo. Entre volumes pluviométricos excepcionalmente elevados e ameaça constante de deslizamentos, enchentes e alagamentos, cidadãos, gestores públicos e a sociedade civil enfrentam desafios que vão muito além das previsões meteorológicas. Entre 2020 e 2023, o país registrou 7.539 desastres climáticos causados por chuvas, um aumento de mais de 220% em relação aos anos 1990. Quase 83% dos municípios brasileiros enfrentaram ao menos um episódio de desastre relacionado à chuva nos últimos quatro anos — um salto considerável frente à realidade de 27% na década de 1990. Os dados são de estudo da série Brasil em transformação, elaborada pelo Programa Maré de Ciência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da Fundação Grupo Boticário. O levantamento usou dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Mostrou, ainda, que, no ano passado, os temporais foram responsáveis por 251 mortes em todo o país, com grande parte desses óbitos ocorrendo no Rio Grande do Sul, que enfrentou uma das maiores catástrofes naturais de sua história. As enchentes devastadoras afetaram 478 das 497 cidades do estado, causando alagamentos, inundações e deslizamentos de terra.

Quase 1 milhão de pessoas em todo o país ficaram desabrigadas ou desalojadas só naquele ano. Somando as últimas décadas, mais de 8,7 milhões de brasileiros foram deslocados por desastres climáticos associados à chuva, o que representa 94% de todos os casos de deslocamento por desastres no país, segundo o levantamento da Unifesp. Os prejuízos financeiros também são astronômicos. Entre 1995 e 2023, desastres climáticos relacionados às chuvas somaram mais de R\$ 146,7 bilhões em prejuízos, incluindo infraestrutura, agricultura e perdas privadas. No caso específico do Rio Grande do Sul em 2024, os danos foram estimados em R\$ 88,9 bilhões. Os números deixam claro que a questão não é apenas meteorológica, mas estrutural. A recorrência de eventos extremos demanda investimentos robustos em sistemas de alerta precoce, capazes de avisar com antecedência populações vulneráveis; infraestrutura de drenagem urbana e manejo de bacias hidrográficas; planejamento territorial e normas que restrinjam ocupações em áreas de risco; e educação pública contínua sobre como agir antes, durante e após episódios de chuva intensa. É imperativo que políticas de mitigação das mudanças climáticas — responsáveis pelo agravamento desses eventos — sejam integradas ao planejamento federal, estadual e municipal. Diante de estatísticas que traduzem vidas perdidas, famílias deslocadas e prejuízos bilionários, cabe à sociedade exigir respostas: planejamento estratégico, adaptação resiliente e uma agenda climática que proteja vidas e bens.



ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

2026 é logo ali

A votação e aprovação do chamado PL da Dosimetria no Senado expuseram, mais uma vez, como as engrenagens da política brasileira giram sob a lógica permanente da eleição que se aproxima. A praticamente 10 meses do pleito presidencial, cada gesto em Brasília se mostra calculado, de olho em 2026. Ao permitir, em nome da agenda econômica, a votação de um projeto duramente criticado por flexibilizar penas para condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, a base governista, especialmente o PT, aceitou o custo político de deixar avançar um texto que o presidente Lula confirmou que vai vetar mais adiante, mirando também dividendos eleitorais futuros. O primeiro ponto é que o PL da Dosimetria não é um projeto qualquer. A proposta reduz substancialmente o tempo de cumprimento de pena em regime fechado para condenados por crimes contra o Estado Democrático de Direito, podendo, no caso do ex-presidente Jair Bolsonaro, encurtar significativamente o período de reclusão. Não surpreende, portanto, que tenha sido classificado por senadores como Renan Calheiros como um “projeto infame”. O relator, Esperidião Amin, buscou apresentar o texto como gesto de pacificação, embora restrito apenas aos crimes do 8/1, justamente o que torna seu alcance tão politicamente carregado. Mas o que realmente moldou o desfecho da votação foi a engrenagem política que se revelou nos bastidores. O líder do governo, Jaques Wagner, admitiu que a liberação do PL no Senado era parte de

um acordo para não travar a pauta considerada prioritária pelo Executivo, como o corte de isenções fiscais e o aumento da tributação de fintechs e bets, medida crucial para liberar mais de R\$ 22 bilhões no Orçamento da União de 2026. A mensagem passada, no entanto, é inequívoca. Na disputa por recursos e por estabilidade fiscal, o governo preferiu absorver o desgaste imediato da derrota, que se mostrava irreversível, em troca da garantia de que a agenda econômica seguiria adiante. É um movimento, porém, que não está dissociado do calendário eleitoral. Lula vai vetar o PL da Dosimetria, ciente de que o Congresso deve derrubar o veto. Com o gesto, o petista se posiciona simbolicamente em defesa da democracia. Caso o veto seja revertido, como avaliam os congressistas, caberá ao Supremo arbitrar as dúvidas sobre a validade constitucional do texto. O jogo, em outras palavras, permanece aberto, e todos os atores sabem disso. Cada passo é calculado para produzir impacto não apenas agora, mas no discurso de campanha que se aproxima. 2026 está logo ali, e a política brasileira opera como se já estivesse em pleno período eleitoral. O episódio da dosimetria revela essa dinâmica com precisão: decisões legislativas de alto impacto são moduladas não apenas pelo mérito, mas pela disputa por narrativa, pela necessidade de preservar a governabilidade e pela busca incessante de vantagens eleitorais. O pragmatismo político sobressair-se ao interesse público é uma marca constante da nossa democracia.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. » E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Corrupção endêmica

Mais uma vez a jornalista Circe Cunha, na coluna *Visto, lido e ouvido* de 17 de dezembro, supera a expectativa do leitor e põe o dedo na maior e mais deletéria ferida do Brasil, nas três esferas de governo — federal, estadual e municipal — e, nos Três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário. Trata-se da corrupção endêmica. Evitar, combater e não permitir que ela se dissemine no seio da administração pública em todas as instâncias e Poderes é o dever de todo e qualquer ocupante de cargo ou função pública. No próximo ano, teremos, mais uma vez, a oportunidade de escolher os melhores parlamentares e ocupantes do Poder Executivo estadual e federal. Só nos resta analisar bem e pensar o que é melhor para o Brasil, nossos filhos e netos.

» José Ailton de Brito
Asa Norte

Sinais inteligentes

O Detran anuncia para 2026 “sinais inteligentes” que, como tudo o que esse órgão faz, tem o objetivo de aumentar a arrecadação, não melhorar o trânsito e salvar vidas. Se o objetivo fosse prestar melhor serviço à população (nunca foi, pois o atendimento sempre foi péssimo) e prevenir acidentes fatais, já teriam, há muito tempo, trocado os sinais de trânsito atuais, que são da década de 1960 e uma festa para as empresas de manutenção, para sinais com temporizador, presentes nas melhores cidades brasileiras, inclusive as médias, como Foz de Iguaçu. Os sinais com temporizador permitem maior segurança a pedestres e motoristas, evitam pegadinhas, como temos hoje, em especial nos sinais da W3 Sul (que nem sinalização de pardais têm), pois evitam a passagem do verde para o vermelho em 3, 4 segundos. São uma verdadeira arapuca! Mas, afinal, é o que eles querem e sempre quiseram! Multar e aumentar a arrecadação. Ou alguém acredita que existam objetivos nobres?

» Elio Silva Santos
Asa Sul

Júlio Lancellotti

O padre Júlio Lancellotti entendeu perfeitamente os ensinamentos de Jesus. Em vez de pedir dízimo, ele oferece amor, alimento e acolhimento aos que mais precisam. Não mora em

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

PL da Dosimetria: os golpistas foram julgados pelo STF. Paulinho da Força, Esperidião Amin, Hugo Motta e Davi Alcolumbre serão julgados pela história.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Se atentar contra o Estado Democrático de Direito não é um crime grave, na visão dos senadores e deputados, acabamos de proclamar a República das Bananas. O Congresso é uma vergonha. Viva a corrupção!

Emiliano Gonzaga Lopez — Vicente Pires

O PL da Dosimetria expõe a tensão entre a clemência política e o rigor democrático. Reduzir penas de golpistas é reduzir também a força da própria democracia, que se fortalece com princípios firmes e transparentes.

Paccelli M. Zahler — Sudoeste

A polêmica de Zezé di Camargo com o SBT revela a falta de consciência e de memória de um artista que sofreu com a ditadura militar, como mostrou o filme *Dois Filhos de Francisco*, e, agora, apoia quem defende aquela prática política nefasta que nos atrasou na história e na civilidade.

Mauro Evangelista Duarte — Asa Norte

às diferenças, na incessante busca pela convergência em prol da coletividade.

» Daniel Cunha
Águas Claras

CNU permanente

Governo avalia adotar o Concurso Público Nacional Unificado (CNU) como modelo permanente, diz a ministra Esther Dweck. Só falta adaptar as questões discursivas para que fiquem mais de acordo com o conteúdo proposto no edital. Também é importante que tomem cuidado com o agendamento das bancas para a caracterização de deficiência, no caso das pessoas com deficiência (PCDs).

» Liz Fonseca
Porto Alegre (RS)

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br